

Sistematização do Terror e Repressão nos Governos Geisel (1974-79) e Figueiredo (1979-85): a Operação Condor

Maria Clara Andrade Bueno¹

Resumo: A partir de meados dos anos 1960, a América Latina se viu vítima de uma rede de repressão e terror orquestrada por regimes autoritários e militares que se alastraram por toda a região a partir da instauração de golpes de Estado. Com base nisso e a partir de um viés histórico-descritivo, o presente artigo tem por objetivo primordial analisar a atuação brasileira na execução da política do terror no Cone Sul através da Operação Condor, na qual o Brasil se estabeleceu como peça-chave. Para tal, deu-se enfoque especial ao papel do Brasil no esquema e seu *modus operandi*, perpassando brevemente por outros Estados igualmente importantes.

Palavras-chave: Operação Condor; Ditadura Militar; política externa brasileira; Cone Sul.

¹ Graduanda do 6^o semestre de Relações Internacionais, pela Universidade Federal do Pampa.

1 Introdução

Entre as décadas de 1960 e 1970, vários golpes se sucederam no Cone Sul e levaram à descontinuidade de governos democráticos nacionalistas latino-americanos. A Ditadura Militar² brasileira, instituída em 1964, utilizou-se da retórica da Segurança Nacional e da infiltração comunista para tecer uma rede de terror, tortura e assalto aos Direitos Humanos que perduraria por duas décadas. A partir desta, outras se seguiram por toda a região — o Chile (1973), com a derrubada de Allende, o Uruguai, no mesmo ano, e a Argentina, em 1976, através da deposição de “Isabelita” Perón, são apenas alguns exemplos. Como Darcy Ribeiro (1982, s/p) coloca, “implantou-se, assim, desde Washington, a nova safra de ditaduras militares latino-americanas, todas elas de caráter regressivo no plano social e repressivo no plano político”.

Para compreender como e por que esses eventos aconteceram na América Latina, desde os golpes até o engendrado aparato de repressão e tortura, é necessário, antes de mais nada, observar a conjuntura mundial à época. O globo se encontrava em um momento de transição da ordem mundial, com o arremate da Segunda Grande Guerra e a gênese da Guerra Fria, marcada sobretudo pela ascensão de duas superpotências: os Estados Unidos, a nível global, e a União Soviética, a nível regional. Sem surpresa, o enquadramento da América Latina na ordem bipolar foi quase automático sob o império estadunidense (CASTILHO, 2014). Com a incrementação da hegemonia norte-americana sobre a região e a ameaça da subversão comunista, era mister para os EUA que fosse estabelecida na América Latina uma linha de ação que condicionasse o posicionamento político, doméstico e internacional, dos governos latino-americanos (Ibidem).

² Existe um debate historiográfico ainda patente acerca da real natureza da ditadura que se seguiu ao golpe de 1964, uma vez que muitos historiadores argumentam que o regime instaurado no Brasil em meados da década de 1960 foi eminentemente civil-militar, enquanto outros reiteram seu caráter unicamente militar. À vista disso, esta pesquisa partirá da premissa de que, apesar de o golpe de Estado que tirou Jango do poder ter, inequivocamente, contado com o apoio e a participação de setores da sociedade civil (o que o configura como um golpe civil-militar), o aparato estatal que a partir daí se instalou foi regido pela classe militar.

Para tal, foram instituídos programas aguçados de contra-insurgência no concernente à ameaça comunista ou esquerdista; um reforço para a modernização e profissionalização das forças armadas, através de treinamento e preparação para a luta anticomunista. Desta forma, as Forças Armadas, além de equipadas, eram ideologicamente instrumentalizadas na Escola das Américas a fim de serem usadas de forma estratégica pelos Estados Unidos. Surgia, neste contexto, a Doutrina de Segurança Nacional, que teve como expoente no Brasil a Escola Superior de Guerra (ESG). Essa doutrina teve desempenho vital na derrocada democrática brasileira, visto que ajudou a fundamentar,

Em termos intelectuais, o golpe de 1964, que, segundo os defensores da época, teria sido movido para garantir a segurança nacional diante da suposta ameaça de um golpe comunista. Durante a ditadura, essa tese liberou a prática de tortura contra grupos guerrilheiros de esquerda já que, em tese, eles seriam leais à União Soviética, e não ao Brasil (CORDEIRO, 2020, *s/p*).

Contudo, o mecanismo de opressão e terrorismo das ditaduras latino-americanas atingiu seu grande ápice com a gestação e o nascimento da Operação Condor, uma reunião da política externa (CAMPOS; ANGELICA, 2013) dos regimes autoritários do Cone Sul — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, com intermediação dos EUA — firmada em um pacto político-militar

Para a realização de atividades coordenadas, de forma clandestina e à margem da lei, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não, aos regimes militares da região (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2015).

Neste cenário, é evidenciada a participação do Brasil como um entusiasmado colaborador na estruturação e na aplicação da malha repressiva normatizada pela Condor, como revela um conjunto de documentos desclassificados do período (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2015).

Destarte, o presente texto, elaborado a partir de levantamentos bibliográficos e da análise de documentos primários, foi desenvolvido com base no seguinte questionamento: o que foi a Operação Condor e qual o real papel do Brasil em sua sistematização? Para tal, foi utilizada como metodologia a pesquisa explicativa, tomando como desígnio não apenas investigar os fenômenos que levaram à

incorporação da Operação Condor à agenda de política externa brasileira, como também identificar os aspectos que levaram ao seu surgimento e seus efeitos no sistema após o fim das ditaduras militares, sentidos até os dias de hoje. Ademais, foi empregada a abordagem qualitativa, sem preocupação com a quantificação de valores ou fenômenos. Portanto, este artigo não se atenta especificamente à Ditadura Militar brasileira ou aos outros regimes autoritários latino-americanos do período. O enfoque deste estudo é a sistematização da Operação Condor — apesar desta existir, substancialmente, como consequência daqueles —, em particular a atuação do Brasil como elemento fundamental da manutenção do aparato repressor.

2 A América Latina nos Anos 1960 e 1970: Revoluções ou Golpes?

A América Latina das décadas de 1960 e 1970 constituiu um ambiente fértil para a derrubada de governos democraticamente eleitos e a instauração de regimes de caráter militar, nacionalista e autoritário. O Brasil, vide comentário do presidente estadunidense Richard Nixon³, se mostrou o grande pioneiro, servindo como modelo para as outras ditaduras latino-americanas que seguiriam. Sob firme e dinâmica instrução da Escola das Américas e articulados em defesa da Doutrina de Segurança Nacional, os militares de extrema direita deram início ao projeto de apropriação do poder por meio de golpes “dissimulados por um ideal impreciso de legitimidade revolucionária frente ao ataque comunista, mas que invariavelmente influenciaram na tomada de rumo dos países latino-americanos, em especial do Cone Sul” (SCALIANTE, 2010, p. 64). Ambientava-se, assim, o cenário propício para a Operação Condor que surgiria anos mais tarde. Tendo em vista sua complexidade e a extensão do trabalho, neste artigo, será apresentado apenas o caso do Brasil. O Golpe de 1964 configurou a “expressão mais contemporânea do persistente autoritarismo brasileiro que já se manifestou em tantas outras ocasiões... Talvez a pergunta essencial a se fazer seja: ‘por que tantos o apoiaram?’” (FICO, 2014, p. 8).

Quiçá, a melhor forma de ilustrar o golpe sofrido pelo então presidente João Goulart seja através das breves palavras de Darcy Ribeiro (TOLEDO, 2004, p. 25): “o governo de Goulart foi derrubado porque ele era uma ameaça inadmissível para

³ “Sabemos que, para onde o Brasil for, o resto do continente latino-americano seguirá” (NIXON, 1971, apud THE NEW YORK TIMES, 1972, p. 30, tradução nossa).

a direita e inaceitável para os norte-americanos”. Tomando como base os escritos do historiador Carlos Fico, o presente artigo busca elucidar quatro elementos — internos e externos — que se mostraram indispensáveis na derrocada da democracia e levaram iminentemente ao golpe de Estado. São eles: o modo como Jango chegou ao poder, após a renúncia de Jânio Quadros; a conjuntura mundial à época, evidenciada pela bipolaridade no sistema internacional e pelo antagonismo EUA-URSS trazidos pela Guerra Fria; os grupos de desestabilização e de conspiração que se faziam presentes durante o mandato de Goulart e eram usados contra o mesmo; e, por fim, as pressões de Jango sobre o Congresso, aproveitando-se de sua popularidade entre as grandes massas.

Inicialmente, faz-se necessário investigar a forma como João Goulart assumiu a presidência, por acaso (FICO, 2014). No momento em que recebeu a notícia da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, Jango já possuía extensa carreira política: atuou como deputado estadual e federal e Ministro do Trabalho no governo Vargas, no qual foi muito popular entre as massas; ao tempo da renúncia, cumpria seu segundo mandato como vice-presidente, tendo sido eleito primeiramente em 1955, juntamente de Kubitschek, apesar de representarem chapas distintas. O encargo de presidente da República chegou às mãos de Goulart após uma estratégia fracassada de Jânio Quadros na tentativa de angariar maior margem de atuação, a qual resultou no aceite de seu pedido de renúncia pelo Congresso. Entretanto, o caminho de João Goulart até a posse foi nada menos do que turbulento: sua história política, em especial seu desempenho como Ministro do Trabalho (1953-54), deixava claras suas veias reformistas e trabalhistas, além de mostrar abertura ao diálogo com frentes sindicais e grupos comunistas. Esse fator corroborou para que a ascensão de Jango fosse vista como uma grande ameaça à manutenção da democracia pelas Forças Armadas e pela elite brasileira, como se pode observar no excerto do Manifesto dos Ministros Militares contra a posse de João Goulart:

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao Chefe da Nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas (BRASIL, 1961).

Todavia, o temor ao comunismo não constituía reles fantasia da classe militar brasileira: o mundo pós-Segunda Guerra Mundial presenciou a emergência de um novo conflito Leste-Oeste, no qual duas grandes potências antagônicas passariam a competir pela preponderância global — os Estados Unidos e a União Soviética; de um lado, a luta pela supremacia capitalista, do outro, a propagação comunista (FICO, 2014). O desfecho da Segunda Grande Guerra reafirmou a consolidação da hegemonia dos EUA sobre a América Latina, que já vinha se ensaiando há bastante tempo. Não obstante, o ingresso do gigante norte-americano em uma disputa mundial por poder acabou por evidenciar o desgaste das relações deste com a América Latina — fato é que a porção meridional do continente sempre ocupou posição secundária nas pautas estadunidenses, cujo foco se mantinha na Europa Ocidental e na Ásia (OLIVEIRA, 2013). A insatisfação frente ao desinteresse dos EUA no Hemisfério, acrescida à profunda crise econômico-social que assolava os latino-americanos, contribuiu para que surgisse na região um anseio por mudanças e transformações que trouxessem à tona novas alternativas (PECEQUILO, 2011). Ideologias de esquerda, em especial o comunismo, ganhavam cada vez mais força, e o “que até então não era considerado perigo, em meados dos anos 50, se tornou uma ameaça aparente” (OLIVEIRA, 2013, p. 33). A Revolução Cubana se mostrou o grande divisor de águas na conduta estadunidense no Hemisfério e se refletiu na mudança da estratégia dos EUA no combate à subversão comunista. Ficou evidente a leniência dos governos norte-americanos no apoio à ascensão de governos militares e autoritários. Esse crescente enrijecimento político da América Latina abarcava dois fatores que constituíam as maiores ameaças à hegemonia dos Estados Unidos: o crescimento e fortalecimento de governos mais autônomos e ativos na região e o avanço gradativo do comunismo. Não à toa, os EUA tiveram papel significativo na derrubada dos governos democráticos latino-americanos, como será salientado adiante (CAMPOS; ANGÉLICA, 2013; OLIVEIRA, 2013).

Ainda neste contexto de tentativa de combate ao ideal comunista na América Latina, o então presidente estadunidense John F. Kennedy promoveu a Aliança pelo Progresso (ALPRO), uma iniciativa que visava ao desenvolvimento socioeconômico do continente latino-americano através de assistência financeira. Entretanto, ficam evidentes os reais interesses da potência norte-americana no financiamento do

programa em duas premissas: tratava-se, primeiramente, de uma estratégia para engajar o alinhamento desses países aos Estados Unidos, visto que havia uma posição de dependência econômica. Não apenas isso, a ALPRO vinha envolta em uma moldura ideológica (FICO, 2014) — o projeto fomentava uma retórica que era aprimorada desde o fim da Segunda Grande Guerra. Existia o consenso, no Departamento de Estado dos EUA, que países onde a pobreza extrema e o subdesenvolvimento imperavam eram mais passíveis de aderir ao comunismo, o qual traria respostas rápidas e práticas aos seus problemas; essas pessoas seriam, logo, facilmente ludibriadas a adotarem posturas esquerdistas que ameaçavam a preponderância estadunidense. É patente que as intenções dos Estados Unidos na região nunca visaram ao desenvolvimento econômico propriamente dito, mas sim às consequências que a carência deste trazia: a subversão comunista. Neste mesmo período, lançou-se a Doutrina Mann, pensada pelo secretário assistente dos Assuntos Interamericanos, Thomas C. Mann. Em concordância com a política externa estadunidense para a América Latina, aquela partia do pressuposto segundo o qual não deveriam ser questionados os regimes autoritários e ditatoriais latino-americanos, contanto que eles se manifestassem anticomunistas (FICO, 2014). Era a legitimação para as ditaduras militares que assolariam a região a partir daquela década.

O terceiro fator que levou à iminência do Golpe de 64 foi a formação e atuação de forças desestabilizadoras e conspiracionistas. Apesar de estarem inerentemente interligados, é necessário diferenciá-los e compreender sua autonomia. De sua posse até a derrubada, João Goulart foi alvo de movimentos de desestabilização, cuja campanha foi patrocinada majoritariamente por grupos nacionais e organizações norte-americanas. Formados predominantemente por civis e fortemente articulados, esses grupos não tinham, em sua grande maioria, a intenção de depor o até então presidente; buscava-se, em linhas gerais, enfraquecê-lo em vista da proximidade das eleições, na tentativa de anular as possibilidades de reeleição (Ibidem). Já existia relativo descontentamento com o presidente, acusado por muitos de ser “administrativamente incompetente ou politicamente demagogo” (FICO, 2008, p. 69). Destaca-se, nesta conjuntura, a participação ativa do governo estadunidense: milhões de dólares foram destinados ao financiamento de campanhas eleitorais de

candidatos opositores à Goulart e pró-EUA, quando das eleições parlamentares de 1962, além de ostensiva propaganda. Ao contrário dos desestabilizadores, os grupos de conspiração eram compostos por militares que tinham como interesse primordial a intervenção militar, que era vista como a única perspectiva viável diante da necessidade de afastar Goulart. Estes grupos passaram a maior parte do mandato de Jango difusos e desarticulados, apesar de sua incontestável existência — “a movimentação militar que levou ao golpe iniciou-se sem o conhecimento dos principais líderes da conspiração e seus desdobramentos foram bastante fortuitos” (FICO, 2008, p. 76). Consoante Carlos Fico clarifica:

Conforme a crise política foi se acirrando, sobretudo a partir de 1963, essas entidades [grupos desestabilizadores] foram sendo superadas por efetivos planos de derrubada de Goulart, para os quais era indispensável a participação mais efetiva dos militares. É nesse sentido que me parece ser possível distinguir a campanha de desestabilização — fundada, sobretudo, em propaganda e doutrinação anticomunista e anti-Goulart — da conspiração propriamente dita, que, tendo em vista a deposição do presidente, dependia de medidas de força e, sobretudo, dos militares (FICO, 2014, p. 36).

Como supracitado, a trajetória de João Goulart na presidência da República passou por inúmeros percalços, a começar por sua posse. Grupos conservadores, concebidos sobretudo pelas Forças Armadas e pelos setores empresariais, lançaram uma política ofensiva (TOLEDO, 2004) com o intuito de impedir que Jango, na época em missão na China, retornasse ao Brasil e assumisse o cargo de autoridade máxima do Executivo, o qual seria uma “absoluta inconveniência” (BRASIL, 1961). A saída encontrada por esses grupos foi a proposta de um regime parlamentarista, manobra repelida por intensa e bem-sucedida campanha de Leonel Brizola — governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango —, através da Rede da Legalidade, que advogava pelo regresso de Goulart e por seu direito, conforme salvaguarda a Constituição, de assumir a presidência. Por conseguinte, foi outorgada uma emenda constitucional, “segundo a qual caberia a um conselho de ministros ‘a direção e a responsabilidade da política do governo, assim como da administração federal’” (FICO, 2014, p. 21). Ademais, a emenda também previa a consumação de um plebiscito a decidir pela manutenção do parlamentarismo ou pelo presidencialismo.

O plebiscito, realizado em janeiro de 1963, noticiou a vitória esmagadora do regime presidencialista. Portanto, não é equivocada a interpretação de que o governo de Goulart só teve início, de fato, naquele momento. Com a possibilidade de poder exercer plenamente seus poderes como presidente, Jango procurou colocar em prática suas propostas de âmbito econômico e social. A principal bandeira levantada pelo seu governo era o projeto de reformas de base, que se mostrava cada vez mais urgente, especialmente após o fiasco do Plano Trienal⁴. A luta pelas reformas de base “foi a causa da grande dinamização social que o país experimentou entre 1963 e 1964 ... Tratava-se da demanda, sempre mobilizadora, de que é preciso ‘mudar tudo que aí está’” (FICO, 2014, p. 38). A consolidação de grupos populares e movimentos das massas impulsionou as pressões sobre Goulart para a concretização de tais medidas, ao mesmo tempo que o Congresso Nacional, extremamente conservador e formado por forças opositoras, rejeitava quaisquer projetos reformistas, até mesmo os mais comedidos. Crescia a insatisfação de Jango, que alertava para a eventualidade de as reformas serem realizadas “à margem da lei, pela vontade e pela disposição do povo” (GOULART, 1963, apud FICO, 2014, p. 39). Diante dos incontáveis problemas defrontados por João Goulart, a solução encontrada por este foi a realização de comícios pelo Brasil, a fim de pressionar o Congresso por alguma assistência. No Comício da Central, que obteve grande êxito e levou mais de 150 mil pessoas à rua, ele proferiu as seguintes palavras:

Não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar, e tenho proclamado e continuarei a proclamando em todos os recantos da Pátria – a necessidade da revisão da Constituição, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta Nação. Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana (GOULART, 1964).

Apesar de exitoso entre os grupos populares, o Comício das Reformas, como também foi chamado, acabou por aumentar os ânimos e as desconfianças dos conspiradores, que viram na comoção popular a justificativa que faltava para dar seguimento à trama (FICO, 2014). Após uma série de decisões desacertadas, a deposição, à vista das Forças Armadas e dos grupos conspiracionistas, tornava-se

⁴ Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, projeto proposto por Celso Furtado, então Ministro do Planejamento do governo Goulart, com vistas à promoção de uma série de reformas sociais aliadas ao combate à inflação e ao crescimento econômico.

inevitável. É incontestável dizer que o golpe civil-militar de 1964 é um dos acontecimentos mais importantes para se conhecer a história contemporânea do Brasil. Nesta consoante, apesar de a ditadura que se seguiu ter sido eminentemente militar (FICO, 2014), o golpe que a precedeu contou com o apoio de muitas vertentes: as elites brasileiras, o empresariado, as classes médias, os Estados Unidos (que temiam a transformação do Brasil em uma nova Cuba, desta vez, de dimensões continentais) e grupos conservadores dentro e fora do governo. O que se buscava inibir, de fato, com o golpe, era a transição para uma democracia assentada sob as bases da representação política de setores sociais até então marginalizados no âmbito público, uma grande ameaça à cimentação de um regime democrático de caráter burguês e supressivo (FERNANDES, 1980, apud TOLEDO, 2004).

3 A Política Externa do Regime Militar (1964-85)

Esta seção busca imprimir percepções acerca da política externa e da atividade diplomática durante a Ditadura Militar brasileira, mais precisamente entre os governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), momentos em que a Operação Condor se encontrava em pleno funcionamento no Brasil. O Golpe de 1964 inaugurou um novo momento da política externa brasileira, marcado pelo fim de uma política exterior mais ativa e independente que havia se iniciado com Jânio Quadros, e pelo retorno à órbita estadunidense, em um alinhamento praticamente automático à superpotência capitalista (CERVO; BUENO, 2011). Conseqüentemente, o primeiro presidente militar, Mal. Humberto Castello Branco, guiou a política externa a partir da Doutrina da Segurança Nacional, somada à tese da defesa coletiva e integral (MARTINS, 1975), segundo a qual o “mundo livre” deveria se organizar, por meio da distribuição de funções, com o propósito de auxiliar os Estados Unidos no combate à ação comunista subversiva que comprometia tanto a segurança interna quanto a segurança externa dos Estados.

Durante este período, no âmbito interno, observou-se também a incrementação paulatina da violência e da opressão a grupos opositores ao regime, o que teve início ainda no governo Castello Branco, com o estabelecimento dos Atos Institucionais (AIs) e a criação de órgãos como o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e o Serviço Nacional de Informações (SNI), associados diretamente ao Itamaraty. A

existência desses dois últimos mostra como o Ministério das Relações Exteriores (MRE), apesar da tradicional imagem autônoma e ativa, constituiu um importante elo na manutenção do mecanismo repressor (CASTILHO, 2014). Conforme expõe Penna Filho, a colaboração se deu em inúmeros níveis,

Seja participando ativamente do processo de ‘depuração’ interna promovida pelos inquéritos ideológicos no período inicial da ditadura, seja montando um aparato de espionagem que atuava preferencialmente nos países onde havia maior número de exilados brasileiros (2009, p. 44).

Ainda que o regime militar tivesse inicialmente rompido com a política externa de seus predecessores “e regredido às concepções da nova ordem internacional engendrada pelos Estados Unidos no imediato pós-guerra” (CERVO; BUENO, 2011), logo compreendeu-se a necessidade de retomar o projeto desenvolvimentista como condutor da política exterior, “ante a perspectiva de se poder utilizar a variável externa como instrumento apto a preencher requisitos para o desenvolvimento” (CERVO; BUENO, 2011) e formulando um projeto nacional assentado no desenvolvimento e na industrialização brasileiras. O sonho do Brasil potência, próspero e desenvolvido, que começou com o mandato de Costa e Silva (1967-1969), abriu espaço para uma maior integração regional político-econômica entre os países terceiro-mundistas, deixando de lado, por um momento, o conflito Leste-Oeste da Guerra Fria para focar em uma condição que afetava muito mais os países subdesenvolvidos, a questão Norte-Sul.

O auge do paradigma desenvolvimentista, bem como o início de seu declínio, deu-se no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), quando o Brasil vivenciou, a partir de 1968, o chamado Milagre Econômico, momento em que a economia brasileira atingiu níveis exponenciais de crescimento e diminuição vultosa da inflação. No ano de 1973, o Produto Interno Bruto alcançou número-recorde de 14% (SANZ; MENDONÇA, 2017), enquanto no triênio de 1964-67 os números mantiveram média de 4,2% a.a.; em contrapartida, a inflação, que chegara a 25,5%, decresceu para 15,6% (VELOSO et al., 2007). Médici norteou um governo contraditório e intrincado: internamente, o país vivia o momento mais repressivo e violento do regime militar; na política externa, o ideário da Política Externa Independente retorna à agenda de modo mais propositivo e pragmático em vistas de manter o crescimento econômico. Portanto, a Diplomacia do Interesse

Nacional elaborada por Gibson Barbosa previa a abdicação da política terceiro-mundista para o “bilateralismo e a via solitária para lograr seu objetivo mais ambicioso: o ingresso do Brasil no Primeiro Mundo” (CASTILHO, 2014, p. 61). Nesse contexto, percebe-se a escalada das tensões com os vizinhos latino-americanos e a formação de uma nova aliança com os EUA no combate ao comunismo, como evidenciado na participação brasileira nos golpes da Bolívia e do Chile e no apoio ao ditador uruguaio Juan María Bordaberry (CASTILHO, 2014).

À época em que Ernesto Geisel (1974-1979) assumiu a Presidência da República, o Milagre Econômico já apresentava sinais de debilidade e esgotamento, em parte devido à crise ocasionada pelo Choque do Petróleo de 1973 (SPEKTOR, 2004). Como o desenvolvimento econômico se assentou como o sustentáculo do regime militar, a gradativa deterioração da economia acabava por salientar o próprio desgaste da ditadura (CASTILHO, 2014) e a necessidade de uma abertura lenta, gradual e segura, nas palavras do próprio presidente, à democracia. Além desta, outras metas foram estabelecidas no governo Geisel: “[diminuição] da presença das forças militares, dentre elas a ‘Linha Dura’; [realização] do controle repressivo aos ‘subversivos’ e [manutenção] do crescimento econômico” (SKIDMORE, 1988, apud CAMPOS; ANGÉLICA, 2013, p. 113). No âmbito da política externa, essa transição aconteceria sob a égide do chamado Pragmatismo Responsável e Ecumênico, diplomacia que buscava promover um retorno à Política Externa Independente a partir da diversificação das relações diplomático-comerciais do país, dando enfoque especial aos parceiros terceiro-mundistas, como evidenciado na aproximação com o mundo árabe, os Estados socialistas e a China. De acordo com Matias Spektor:

O pragmatismo seria uma expressão da tentativa brasileira de ganhar maior espaço de manobra em um sistema dominado pelas grandes potências ... A crença, refletida em atitudes políticas concretas, de que o país podia, efetivamente, transcender suas circunstâncias históricas, melhorar seu posicionamento relativo na estrutura internacional de poder e, assim, ganhar mais responsabilidade e autoridade no cenário internacional (SPEKTOR, 2004, pp. 195-196).

Assim sendo, o Pragmatismo Responsável e Ecumênico se lançava como uma estratégia de utilização do multilateralismo, desprendendo-se de molduras ideológicas,

como objeto propulsor do desenvolvimento comercial e econômico do Brasil e facilitador da projeção do país no quadro internacional como um ator autônomo e expressivo. Apesar da distensão proposta por Geisel e do “discurso pragmático e terceiro-mundista, a política externa da repressão atinge sua maturidade com o presidente Geisel, principalmente no que tange à América Latina” (CASTILHO, 2014, p. 63). Em matéria regional, ainda predominava a noção ideológica de defesa da segurança nacional e combate à ameaça do inimigo subversivo (CASTILHO, 2014). Não por acaso, nesse mesmo momento, surge o aparato de maior repressão e terror do período das ditaduras militares, a Operação Condor.

O governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), que também viria a ser o último do regime militar, não trouxe muitas novidades no concernente à política externa. No que se refere à sua agenda de política exterior, percebe-se um movimento de continuidade do Pragmatismo instituído com Geisel, tendo em vista que o presidente tinha como principal foco a resolução das questões internas de abertura política. A Diplomacia do Universalismo, pensada pelo então chanceler, Ramiro Saraiva Guerreiro, marcou a busca do governo brasileiro por maior autonomia e flexibilidade no sistema internacional que se delineava com o início de uma nova fase da Guerra Fria. Apesar das tentativas de multilateralização, suas ações não foram suficientes para sanar o Brasil dos graves problemas econômicos, acentuados pela Segunda Crise do Petróleo de 1979 (CAMPOS; ANGÉLICA, 2013). Depois de muitos sinais de esgotamento e diante da inviabilidade de uma recuperação plausível, a saída dos militares do governo em um momento ainda oportuno marcou a consumação do regime ditatorial, em 1985.

4 A Operação Condor

A Operação Condor foi arquitetada em 1975, dentro da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), a polícia secreta chilena do governo Pinochet. De acordo com John Dinges (2005), relatórios secretos dos Serviços de Inteligência mostram

Um foco que chegava a ser quase uma obsessão pela ameaça não violenta que os militares consideravam ainda mais perigosa: políticos não violentos que procuravam influenciar líderes da Europa e dos EUA contra os governos

militares sob a bandeira da democracia e dos direitos humanos (DINGES, 2005, p. 32).

O objetivo de Augusto Pinochet era repetir o sucesso de seu projeto chileno anti-esquerdista e anticomunista — construído sobre bases de violência e brutalidade nunca antes vistas na região —, para o resto da América do Sul. Para tal, Manuel Contreras, idealizador da Condor, legitimou sua criação a partir de:

A subversão já está há alguns anos presente em nosso Continente, amparada por concepções político-econômicas fundamentalmente contrárias à História, Filosofia, Religião e costumes dos países de nosso Hemisfério ... Para enfrentar esta Guerra Psicopolítica, estimamos que devemos ter, no âmbito internacional, um comando centralizado nas suas ações internas, mas com uma Coordenação efetiva que permita uma troca oportuna de informações e experiências, além de um certo grau de conhecimento pessoal entre os Chefes responsáveis pela Segurança⁵ (CONTRERAS apud CASTILHO, 2014, p. 63, tradução nossa).

Participaram do Primeiro Encontro Interamericano de Inteligência Nacional, na manhã de 26 de novembro, representantes das várias ditaduras do Cone Sul, motivados pela crença de que uma simples cooperação informal já não se fazia suficiente no confronto à ameaça subversiva que se tornava cada vez mais expressiva. O que resultaria dessa articulação seria uma “guerra de extermínio sobre patrocínio dos Estados” (SOUZA, 2011, p. 161), que “culminou na morte de cerca de 30 mil pessoas, além de 400 mil presos e 4 milhões de exilados” (OLIVEIRA, 2013, p. 31). Contreras esboçou o projeto da Operação Condor a partir de três fases de “coordenação efetiva”: a primeira consistia na elaboração de um sistema de dados, provido das mais recentes tecnologias da época, a fim de coletar, coordenar e compartilhar, entre os países, informações referentes ao movimento insurgente. Documentos evidenciam, no contexto do arranjo do plano, a atividade e cooperação de órgãos estadunidenses — “mais tarde, Contreras diria que tanto a CIA como o FBI tinham conhecimento daquele banco de dados ... e que contribuíram com

⁵ La subversión desde hace algunos años, se encuentra presente en nuestro Continente, amparada por concepciones políticas-económicas que son fundamentalmente contrarias a la Historia, a la Filosofía, a la Religión y a las costumbres propias de los países de nuestro Hemisferio ... Para enfrentar esta Guerra Psicopolítica, hemos estimado que debemos contar en él ámbito internacional con un mando centralizado en su accionar interno, sino que con una Coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias además con cierto grado de conocimiento personal entre los Jefes responsables de la Seguridad.

informações para a sua atualização e buscaram informações nos dados armazenados” (DINGES, 2005, p. 34).

As segunda e terceira fases eram operações dotadas de tamanha discrição que seus nomes não apareciam nos relatórios. Segundo John Dinges (2005, p. 35) aponta, “na linguagem da segurança da América Latina em meados da década de 70, operação era a palavra usada para sequestro, interrogatório sob tortura e extermínio”. Desta forma, a Fase Dois constituía na estruturação de operações conjuntas com os Serviços de Inteligência dos países-membros, visando à criação do adido militar (CASTILHO, 2013) de forma a cercear as ações dos “alvos” que se deslocavam entre os Estados latino-americanos e se encontravam exilados. De forma mais detalhada:

Os Serviços de Inteligência trocavam informações, permitindo que cada um acompanhasse o paradeiro e os movimentos dos alvos inimigos presentes em outro país. Um dos países ou ambos se encarregariam de vigiar e capturar o subversivo; todos os países interessados participariam do interrogatório. Os relatórios baseados no interrogatório seriam partilhados, e, caso solicitado, o esquerdista apreendido seria transportado ao seu país natal para novos interrogatórios e eventual execução (DINGES, 2005, p. 36).

Por fim, a terceira e última fase pode ser vista como uma progressão, mais agressiva e hostil, da etapa anterior. Contreras propunha a exportação do aparato de tortura e assassinato, através da aniquilação de inimigos que se encontravam em outras regiões do planeta e faziam parte da ameaça subversiva. Muito além do Cone Sul, o funcionamento da Operação Condor se deu em todo o mundo, como na França, no Reino Unido, na Espanha, na Itália e em vários outros países. Exemplos da atuação da Condor além-mar foram o atentado contra o ex-vice presidente do Chile de Allende, Bernardo Leighton, em Roma (CASTILHO, 2013), e o assassinato do diplomata Orlando Letelier, também ligado a Salvador Allende, em Washington, D.C., “antes mais por ser perigoso democrata do que violento terrorista” (DINGES, 2005, p. 38).

Destarte, diante da rede de repressão criada pela organização, é vital compreender a participação de Washington não apenas na estruturação da Condor, como também na formação da conjuntura que permitiu o surgimento desta. Antes mesmo da concretização da Operação Condor, os EUA já haviam, em 1970, mudado

seu posicionamento quanto à natureza dos regimes sul-americanos. Fato é que a urgência do conflito bipolar da Guerra Fria criava circunstâncias desfavoráveis à aliança da potência norte-americana com a América Latina em favor da democracia, visto que existiam outras prioridades na agenda estadunidense. A eleição, naquele mesmo ano, de Salvador Allende, um marxista que almejava e prometia a instauração do socialismo por via de uma “estrada chilena original e pacífica” (DINGES, 2005, p. 40), tratava-se de uma intimidação inadmissível para o governo norte-americano. A partir disso, Richard Nixon, então presidente dos EUA, juntamente de Henry Kissinger, seu assessor de Segurança Nacional, deram carta verde para as ações conspiratórias das forças militares extremistas, “afirmando que a democracia podia ser sacrificada na causa da guerra ideológica. As táticas operacionais criminosas, incluindo o assassinato, não só eram aceitáveis, como subvencionadas com armas e dinheiro” (DINGES, 2005, p. 43). Ainda, o jornalista John Dinges (2005, p. 45) relata, em uma de suas obras, que, em entrevistas com militares de países membros da Operação Condor, uma frase persistia: “Os Estados Unidos eram o nosso líder”. Apesar de, inicialmente, esta postura se referir à posse de Allende, o endosso estadunidense a atos de terrorismo em prol da luta anticomunista se manteria nos anos seguintes, na derrocada de outros governos democráticos e na própria Condor.

São muitos os documentos, hoje desclassificados, que revelam que as autoridades norte-americanas recebiam, à época, informações privilegiadas — e ultrassecretas — acerca da atividade repressiva no Cone Sul. Estes mesmos relatórios nos ajudam a compreender a atuação da CIA na sistematização da cadeia de inteligência e do serviço de troca de informações entre os Estados-membros da Condor (OLIVEIRA, 2013). Dentro do cenário da Guerra Fria, os Estados Unidos endossaram, direta e indiretamente, as políticas da Condor e as ações criminosas das ditaduras militares, seja através do fornecimento de grandes quantias de dinheiro e armamentos, seja por meio da orientação militar de agentes da DINA e do treinamento de militares na Escola das Américas (PADRÓS, 2009; QUADRAT, 2002). Conforme aponta Enrique Padrós,

Historicamente, coube à CIA uma atuação mais intensa e direta, conectando-se com segmentos da segurança local, combinando estratégias de vigilância

sobre exilados, transmitindo experiência sobre tortura elétrica e fornecendo o equipamento adequado para sua aplicação (PADRÓS, 2009, p. 24).

Ainda:

A CIA contratou brasileiros no Brasil, chilenos no Chile. Eles não eram cidadãos norte-americanos, sob a proteção do Departamento de Estado, mas as pessoas locais que trabalhavam para a CIA. A CIA estava por trás das operações repressivas. Pessoas como eu, nunca tiveram suas mãos sujas. Nós motivávamos agentes locais, dávamos dinheiro e equipamentos, e eles fizeram o resto, eles têm as mãos sujas (AGEE apud OLIVEIRA, 2013, p. 36).

A atuação do Brasil na organização vem sendo desvelada aos poucos, à medida que documentos, à época secretos, evidenciam que a participação brasileira foi além da condição de mero observador, apesar do dissenso entre alguns pesquisadores. Por muitas décadas, oficiais brasileiros se empenharam em negar veementemente qualquer envolvimento na articulação repressiva do terrorismo de Estado implementado em todo o Cone Sul. É possível que nunca saibamos por completo como se deu a relação do Brasil com as outras ditaduras latino-americanas na Condor, tendo em vista o fato de que temos um acesso ínfimo aos documentos daquela época; muitos ainda se encontram sob sigilo, na “caixa preta” (SCALIANTE, 2010), enquanto outros foram destruídos, na tentativa de apagar rastros criminosos. Ainda assim, muitos arquivos desclassificados nos últimos anos denunciaram fatos acerca da cooperação brasileira que outrora eram desconhecidos. Como Samantha Viz Quadrat (2002) argumenta, é no mínimo intrigante que o Brasil tenha se afiliado à Operação Condor no mesmo momento em que Ernesto Geisel, presidente da República, propunha o processo de abertura política do país, mesmo que de forma lenta e gradual. Em parte, o choque desse pensamento se dá justamente porque um operativo assentado na institucionalização e na racionalização do pânico e do terror, como se deu a Condor, não teria impulso ou meios para germinar em um sistema democrático (CASTILHO, 2013).

Ainda que as autoridades brasileiras tenham agido sob maior discrição, Fabiano Souza (2011, p. 169) coloca: “o êxito brasileiro em praticamente destruir todos os movimentos guerrilheiros do país e cultivar uma ditadura militar por mais tempo, fez do Brasil uma referência, tendo outros países adotado recursos no combate à subversão e técnicas de tortura semelhantes”. Dentre os órgãos brasileiros

de repressão mais expressivos, destaca-se o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), criado ainda sob a égide do governo Castello Branco. Por ser a entidade máxima do que dizia respeito ao serviço de inteligência do Brasil, o SNI se apresentou como o mais notável representante do país na Operação Condor (QUADRAT, 2002). Para Robert Scherrer, funcionário do FBI, não existiam dúvidas “de que Contreras e a Dina tinham uma relação operacional estreita com o Serviço de Inteligência do Brasil, o SNI” (DINGES, 2005). Cabe também citar outros órgãos que se mostraram igualmente importantes na manutenção da repressão, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), empregue também durante o Estado Novo, os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODIs), comumente conhecidos como DOI-CODI (PENNA FILHO, 2009; SCALIANTE, 2010).

Até mesmo a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu foi usada como instrumento da sistematização da Operação Condor, evidenciando a cooperação bilateral Brasil-Paraguai no contexto repressivo e de espionagem. Documentos do DOPS/PR, do Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos del Palacio de Justicia do Paraguai, e relatórios descobertos no Arquivo do Terror expõem a “estreita colaboração das empreiteiras responsáveis pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu na caça, espionagem, repressão, delação e assassinatos de cidadãos brasileiros e paraguaios (e também uruguaios e argentinos)”, conforme mostra Idelber Avelar (2012, *s/p*). A assistência se deu através da atuação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs) alojadas na usina e que mantinham comunicação direta e frequente com os mais diversos organismos de inteligência das ditaduras do Cone Sul, entre os anos de 1973 e 1988. Esse episódio ajuda a ampliar a percepção de que a Operação Condor “não viveu apenas de atentados, assassinatos e sequestros [...] mas vê-se que perpassou também o controle e a segurança nos países envolvidos, de forma cotidiana” (SILVA, 2010, p. 106).

Muito do que se sabe hoje a respeito da Operação Condor veio de dentro de um depósito da polícia nas redondezas de Assunção, no Paraguai. A partir de uma denúncia anônima em 1992, Martín Almada, professor, advogado e ex-presos político da ditadura Stroessner, encontrou o que seria o maior volume de documentos

descobertos acerca das atividades repressivas das ditaduras latino-americanas e da atuação dos Estados Unidos nesses processos — “nesta ocasião, revelaram-se setecentos mil documentos secretos, que ficaram conhecidos como Arquivo do Terror” (SCALIANTE, 2010, p. 29). A descoberta dos registros permitiu que tornassem públicos o funcionamento do sistema Condor e as atrocidades cometidas por meio deste em nome da segurança nacional; não à toa, o Arquivo do Terror figura como a maior fonte primária sobre o terrorismo de Estado no Cone Sul. Ademais, a revelação e o acesso a essa documentação deram início a um novo capítulo da luta por justiça e contra a impunidade dos líderes e militares envolvidos na rede de terror, até então sob a proteção da Lei de Anistia.

5 Considerações Finais

De fato, fenômenos históricos carregam consigo grande carga de complexidade; mais ainda, a história é, por vezes, desconfortável e incômoda. Entretanto, aqueles que não conhecem sua própria história estão fadados a repeti-la. A Operação Condor compreendeu um episódio central no que foi um dos momentos mais sombrios e macabros de toda a história da América do Sul, tempos em que “países antes conhecidos pela democracia e por virtudes civilizadas submergiram no terrorismo, na guerra clandestina e em sistemas de repressão nunca experimentados, nem antes nem depois” (DINGES, 2005). De forma dura e cruenta, os acontecimentos decorridos sob as ditaduras militares do Cone Sul construíram, em cima de ossos e muito sangue, parte da história recente de nossos povos. Conforme Maria Aparecida de Aquino (2002, p. 11, apud SCALIANTE, 2010, p. 23) expressa, “temos a clareza de que, para nos libertarmos das amarras desse autoritarismo social crônico, é necessário trazer à luz tudo aquilo que, durante tanto tempo, proliferou em meio às trevas, desvendando sua trama tecida no obscurantismo”.

Em uma perspectiva mais recente, em outubro de 2020, a maioria da população chilena votou pela revogação da Constituição de 1980, uma das heranças deixadas pelo período sombrio da ditadura de Pinochet (MONTES, 2020). Trata-se de um grande passo no caminho que se trilha em direção à democracia, com todas as suas complexidades e contradições, deixando para trás os resquícios de dezessete anos de terror.

Apesar da retórica de negação por parte de oficiais, ex-presidentes e até mesmo da diplomacia brasileira, documentos desclassificados expuseram provas irrefutáveis acerca da atuação das autoridades brasileiras na articulação sistemática e rigorosa da teia de repressão e tortura implementada pelas ditaduras do Cone Sul — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai —, com assistência dos Estados Unidos. O Brasil, apesar de discreto em suas ações no operativo, constituiu-se como um ator fundamental e uma peça-chave para o triunfo dos ideários de segurança nacional e de ameaça subversiva na região, que foram muito além do discurso e manifestaram-se em práticas hostis e criminosas. Para compreender o êxito da Operação Condor no contexto repressivo, faz-se necessário, antes de qualquer coisa, entender o contexto que permitiu seu surgimento e, com ele, a relevância do Brasil na efetivação de um cenário político propício: uma América Latina tomada por regimes de caráter militar e ditatorial; regimes estes que se iniciaram com o golpe brasileiro de 1964, propulsor dos outros golpes que se seguiriam no continente. Portanto, apesar do acesso escasso que se tem a documentos da época, entende-se que o Brasil, como um ator expressivo na conjuntura latino-americana, exerceu papel indispensável na derrocada dos governos democráticos e na estruturação da Operação Condor.

The Systematization of Terror and Repression under the Geisel (1974-79) and Figueiredo (1979-85) Administrations: the Operation Condor

Abstract: As of the mid-1960s, Latin America fell victim to a network of repression and terror orchestrated by authoritarian and military regimes that spread throughout the region since the establishment of coups d'état. Based on this and starting from a historic-descriptive perspective, the present paper has as its main purpose to analyze the Brazilian performance in increasing the terror policy in the Southern Cone through Operation Condor, in which Brazil had established itself as a key player. To this end, a special focus was given to the role of Brazil in the scheme and its modus operandi, passing briefly through other equally important states.

Key Words: Operation Condor; Militar Dictatorship; Brazilian foreign policy; South Cone.

6 Referências

AS Brazil Goes... **The New York Times**, Nova Iorque, 10 jul. 1972, p. 30. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1972/07/10/archives/as-brazil-goes-.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

AVELAR, Idelber. A participação de Itaipu na Operação Condor durante a ditadura. **Fórum**, 16 jan. 2012. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/a-participacao-deitaipu-na-operacao-condor-durante-a-ditadura>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Manifesto dos Ministros Militares de 30 de agosto de 1961 contra a posse de João Goulart na Presidência da República quando da renúncia de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro, GB, 30 de agosto de 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/a-crise-politica-de1961/Acontecimentos%20do%20dia%2030%20de%20agosto%20de%201961>. Acesso em: 8 de novembro de 2020.

CAMPOS, Tales de Paula Roberto de; ANGÉLICA, Marianny. O Brasil enquanto paíssatélite da política externa norte-americana durante o período de 1964-1985. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 100 - 121, 2o sem. 2013.

CASTILHO, Alessandra. O Golpe de 1964 e A Política Externa Brasileira dentro do Contexto Repressivo. **Revista Neiba**. Cadernos Argentina-Brasil. v.3, n.1., 2014 p. 57-68.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UnB, 2011.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Operação Condor e a ditadura no Brasil**: análise de documentos desclassificados. 2015. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-aditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>. Acesso em: 31 de outubro de 2020.

DINGES, John. **Os Anos do Condor**: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Brasil, em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

FICO, Carlos. **O Golpe de 64**: momentos decisivos. São Paulo: Editora FGV, 2014.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo — o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GOULART, João Belchior Marques. **Discurso de Jango na Central do Brasil em 1964**. Disponível em: <https://memoria.etc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>. Acesso em: 12 nov. 2020.

LOHLE, Marcos. Operação Condor: documentos inéditos sobre a participação dos Estados Unidos. **Carta Maior**, 13 maio 2019.

Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Antifascismo/Operacao-Condor-documentosineditos-sobre-a-participacao-dos-Estados-Unidos/47/44066>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64/74. **Estudos Cebrap**, n. 12, p. 55-98, 1975.

MONTES, Rocío. Maioria esmagadora dos chilenos vota por encerrar a Constituição de Pinochet. Santiago: **El País**, 25 out. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-26/maioria-esmagadora-dos-chilenos-vota-por-enterrar-a-constituicao-de-pinochet.html>> Acesso em: 20 out. 2021.

OLIVEIRA, Raísa Gomes. Operação Condor: o terrorismo de Estado no Cone Sul e o papel hegemônico dos Estados Unidos. **RICRI**, v. 1, n. 1, p. 30-52, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e justiça. **Oragon**, Porto Alegre, jul-dez, 2009.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2011.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966- 1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009.

QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXVIII, n.1, p. 167-182, jun. 2002.

RIBEIRO, Darcy. 1964: um testemunho. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, n. 79.96, ano 62, 30 mar. 1982. Opinião, p. 3. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1982/03/30/2/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **Testemunho**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

SANZ, Beatriz; MENDONÇA, Heloísa. O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade. São Paulo: **El País**, 28 de novembro de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

SCALIANTE, Elizabete Aparecida. **Políticas coercitivas da Operação Condor**. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Jussaramar da. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor**: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987). 2010. 189 f. Dissertação - Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, Fabiano Farias de. **Operação Condor**: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. Aedos, UFRGS, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 159-176, jan.-jun. 2011.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974- 1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 191-222, Dec. 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia.

Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

VELOSO, Fernando A. et al. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968- 1973): Uma Análise Empírica. Rio de Janeiro: **Ipea — Instituto de Pesquisa**

Econômica Aplicada, Texto para Discussão n. 1273, abril de 2007.